

O GLOBO 90 ANOS

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2015 ANO XC - Nº 29.862

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br



Sob chuva. O são-paulino Reinaldo (de costas) abraça Luis Fabiano na comemoração do primeiro gol do time sobre o Flamengo

ESPORTES

Mau começo FLA PERDE, E VASCO EMPATA

A conclusão da primeira rodada do Campeonato Brasileiro, ontem, não foi feliz para os times do Rio. No Morumbi, o Flamengo perdeu para o São Paulo (2 a 1), começando em 15º lugar. Em São Januário, o Vasco promoveu um foguetório antes de

enfrentar o Goiás para festejar o título estadual, mas, no jogo, não saiu do 0 a 0 e ficou em 13º. O Fluminense, que venceu o Joinville no sábado, é o 5º colocado — mesma posição do Botafogo na Série B, após derrotar o Paysandu, também no sábado.



O a O. Rafael Silva (de preto) disputa bola

NICO ROSBERG VENCE SEU PRIMEIRO GP DO ANO NA F-1

Bala perdida mata jovem em novo tiroteio em Santa Teresa

PÁGINA 7

Prefeitura do Rio não monitora expansão da favelas há 2 anos



PAPA RECEBE RAÚL CASTRO

Após encontro de 55 minutos no Vaticano para agradecer ao Papa por intermediar o degelo com os EUA, o presidente de Cuba disse que pode até voltar a frequentar a

EXCLUSIVO/MERCADO IMOBILIÁRIO

Governo estuda liberar R\$ 40 bi para aquecer construção civil

Recursos viriam de parte dos depósitos compulsórios da poupança, retidos no BC

Atrasos nos repasses da União ao Minha Casa Minha Vida estão agravando a crise no setor, que enfrenta paralisação de obras e demissões de trabalhadores

O governo estuda alternativas para atenuar a crise na construção civil, que sofre com atrasos nos repasses da União ao programa Minha Casa Minha Vida e com a saída de recursos da poupança, que já perdeu R\$ 29 bilhões este ano. Uma das hipóteses é a liberação de par-

te dos recursos da poupança retida no Banco Central, os depósitos compulsórios. A proposta é liberar até 15% do montante, para que os bancos possam aumentar a oferta de crédito. Assim, seriam injetados no sistema financeiro de R\$ 30 bilhões a R\$ 40 bilhões. **PÁGINA 17**

EXCLUSIVO/SEGREDOS DE ESTADO

CGU investiga BNDES por se recusar a fornecer documento

Banco retém dados sobre construção de Belo Monte

O ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Valdir Simão, informou que o órgão está investigando o BNDES por não fornecer relatório com dados ambientais sobre a construção da usina de Belo Monte, pedido por uma ONG, o Instituto Socioambiental. A consulta a

esses dados é garantida pela Lei de Acesso à Informação, que completa três anos esta semana e, como O GLOBO mostrou ontem, também sofre resistências do Exército. Simão admitiu que o Executivo pode melhorar no cumprimento da lei. **PÁGINA 3**

ILUSTRES CONVIDADOS

Cardiologista provoca pausa na política

O casamento do cardiologista Roberto Kalil Filho, sábado, em São Paulo, reuniu poderosos integrantes da República, como Lula e Dilma, que foram alvo de protestos na entrada, além de Renan Calheiros, Eduardo Cunha, José Ser-



SEGREDOS DE ESTADO

ENTREVISTA Valdir Simão, ministro da CGU

‘No Executivo, certamente podemos melhorar’

O ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Valdir Simão, diz que a Lei de Acesso está sendo respeitada pelo Executivo, mas reconhece que há um caso de descumprimento que foi parar na corregedoria, envolvendo o BNDES.

ANDRÉ DE SOUZA E FRANCISCO LEALI
opais@oglobo.com.br

• A Lei de Acesso completa três anos, mas nem todo mundo no governo cumpre. A lei está funcionando?

No Poder Executivo federal, certamente, a lei está funcionando. O Brasil é um dos cem países do mundo que têm lei de acesso à informação. A primeira medida de impacto após a sanção da lei foi a divulgação dos salários dos servidores do Executivo.

• Mas não há focos de resistência ao cumprimento da íntegra da lei?

No Executivo federal, certamente podemos melhorar, mas evoluímos muito. Temos aperfeiçoado mecanismos de atendimento. O Brasil tem um sistema integrado que é gerenciado pela Controladoria e tem capacidade de obter todos os números. Mas o trabalho de conscientização é permanente. A aplicação da lei é muito mais eficaz hoje no Executivo federal do que em outras instâncias onde também deveria ser aplicada.

• Legislativo e Judiciário a aplicam?

Está fora da nossa alçada de análise, mas no Executivo federal estamos cumprindo à risca o atendimento da Lei de Acesso à Informação.

• No caso dos documentos desclassificados, o Exército tem sido refratário aos pedidos de acesso. Isso não é estranho?

Temos discutido com o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) o aperfeiçoamento da publicação dos documentos desclassificados. É um processo que precisamos melhorar.

• A lei de transparência funciona em cidades e estados? A Lei Capiberibe de 2009, que deu prazo de 4 anos para municípios divulgarem a execução orçamentária, demorou muito para ser aplicada efetivamente. Muitos nem a aplicam efetivamente.

Exatamente. A Lei Capiberibe é uma avanço significativo, mas traz algumas dificuldades operacionais quando fala em divulgação de informações em tempo real (por governos estaduais locais). Nós temos apoiado os estados e municípios com o programa Brasil Transparente. Mas uma parcela significativa dos municípios brasileiros ainda não atende à legislação.

• E como é o acompanhamento da CGU em relação ao comportamento das estatais?

Nós temos também um acompanhamento de todas as estatais. Praticamente, todas estão no e-SIC (Sistema de Informação ao Cidadão). Somente a Petrobras tem sistema próprio, com volume considerável de informação.

• No caso do BNDES, como é?

O BNDES é a mesma coisa. Há algumas manifestações do banco em relação a operações de crédito, que entende que deve ser preservado sigilo. Esse tema foi judicializado recentemente.

• O BNDES seria o único órgão público que se rebelou contra cumprimento de decisão dentro do processo da Lei de Acesso à Informação? Eles não querem cumprir uma decisão da CGU ou da Comissão de Ministros?

Da CGU.

• É como estivessem se recusando a cumprir uma decisão prevista na lei?

Esse tema foi judicializado ou não? (um servi-



JORGE WILLIAM

Esforço. Valdir Simão acredita que a lei funciona no Poder Executivo federal, mas reconhece que é preciso avançar

OUTRO LADO

BNDES DIZ QUE JÁ PRESTOU INFORMAÇÃO PEDIDA POR ONG

O BNDES informou que já prestou as informações solicitadas pelo Instituto Socioambiental (ISA). A denúncia de que esses dados não haviam sido prestados levou a CGU a abrir processo contra o banco na Corregedoria. A ONG queria acesso a documentos que embasaram a concessão de financiamentos à construção da usina de Belo Monte. "A fim de atender a parecer da CGU, o BNDES elaborou uma nota técnica fornecendo ao ISA todas as informações que considerou que não estariam protegidas por sigilo bancário. A CGU ainda não deu a decisão a respeito do atendimento por parte do BNDES", informou o banco. A CGU esclareceu que mandou o caso para a Corregedoria porque nem todos os documentos foram entregues à ONG, como determinado. Um relatório de impacto ambiental não foi entregue, e segundo a CGU, o documento não está protegido por sigilo. O banco foi notificado disso.

dor que acompanha a entrevista esclarece que foi para a Corregedoria). Foi para a Corregedoria aqui da Controladoria.

• Que fim pode ter isso?

Apureção de responsabilidade da autoridade que está negando.

• Foi identificado algum problema na lei que precisa ser corrigido?

Pessoalmente, acho que a lei é suficiente. Temos o desafio de fazer a lei ser cumprida em todas as instâncias e em todos os municípios brasileiros. Isso ainda não ocorre. Lembrando que o município que descumpra, principalmente após a Lei Complementar 131 (Lei Capiberibe), fica proibido inclusive de receber transferências voluntárias. Acreditamos que temos um esforço enorme ainda para fazer com que a lei seja cumprida.

• Mas alguém já deixou de receber?

Já está acontecendo. Temos vários municípios proibidos. O Ministério Público tem feito um trabalho de supervisão em Pernambuco. Há 40 municípios nessa situação. •

MARINHA QUERIA DADOS SOBRE TODAS AS PRISÕES COM BASE NA LSN

BRASILIA. Aos poucos, a Marinha começa a liberar o acesso a documentos que permaneceram lacrados por quase 70 anos. A Força já desclassificou uma pilha de quase 14 mil arquivos, mas a consulta é limitada a 20 documentos por vez, e em intervalos de 20 dias. Há dois anos, o GLOBO vem garimpando informações entre pareceres, exposições de motivo, informes e comunicados. A maior parte trata da burocracia: transferências e promoções de militares, contratações de empresas. Mas há também documentos históricos que incluem registros da ditadura.

Em 2 de maio de 1975, o então ministro da Marinha, Geraldo Henning, enviou aos comandantes da Força ofício "segredo e urgente". A ordem

1975, no governo Ernesto Geisel, o então ministro da Marinha Geraldo Henning abortou os planos de iniciar o projeto. Aprovou a ideia, mas frisou que era preciso preparar a Força para tal projeto e ainda negociar participação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

Três anos depois, o almirante Maximiano Fonseca, que viria a ser ministro da Marinha do governo seguinte, do general João Figueiredo, endossou o estudo e alertou que não havia tempo a perder: "É extremamente importante que a Marinha inicie imediatamente, devido ao tempo que será demandado, o desenvolvimento de propulsão nuclear, considerando: recursos financeiros e humanos envolvidos; adestramento de futuras

DOCUMENTO SECRETO, PRODUZIDO DURANTE O REGIME MILITAR, EM QUE O MINISTRO DA MARINHA DETERMINA QUE O CENIMAR SEJA INFORMADO SOBRE AS PRISÕES

